

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA REDE NACIONAL DE CIDADES ACOLHEDORAS EM 2025

A **Rede Nacional de Cidades Acolhedoras (RNCA)** foi instituída em 2023 por meio da **Portaria SENAJUS/MJSP nº 84, de 26 de outubro de 2023**. No mês seguinte, realizou-se o evento oficial de lançamento da Rede, ocasião em que foram elaborados dois documentos centrais: a **Carta de Brasília**, que define princípios, diretrizes e estratégias para orientar a RNCA e consolidá-la como espaço colaborativo voltado ao fortalecimento de políticas públicas locais destinadas a migrantes, refugiados e apátridas; e o **Relatório de Sistematização do Evento**, que reúne as principais discussões, reflexões e contribuições dos participantes.

A Portaria nº 84/2023 estabeleceu os objetivos e diretrizes gerais de funcionamento da RNCA, caracterizando-a como um espaço de diálogo intergovernamental com protagonismo dos municípios. Entre seus objetivos estão: **apoiar o desenvolvimento de capacidades institucionais para a integração local da população migrante, refugiada e apátrida; promover a troca de experiências e aprendizados; incentivar ações intermunicipais; e expandir a institucionalização de políticas municipais voltadas a essas populações**. A norma também prevê a **livre adesão dos municípios interessados**, mediante assinatura de termo de adesão, e assegura o **apoio executivo do Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça** para a implementação das atividades da Rede.

Em 2024, as atividades da Rede ficaram em pausa em razão dos preparativos para a realização da 2ª Conferência Nacional de Migrações e Refúgio (COMIGRAR), realizada nos dias 7, 8 e 9 de novembro. Já em 2025, as ações da Rede foram retomadas, dando continuidade ao seu processo de fortalecimento e articulação.

O **primeiro desafio** consistiu na reconvocação dos municípios e na retomada da **prospecção** de novos parceiros, diante das mudanças de gestão ocorridas nas prefeituras.

Ao longo deste ano, a Coordenação-Geral de Política Migratória (CGPMIG) encaminhou ofícios de apresentação da Rede a diversos municípios e participou de eventos e reuniões voltados à sua **divulgação** e às atividades desenvolvidas. Entre os destaques estão o Encontro de Prefeitos realizado em fevereiro, em Brasília, os diálogos estabelecidos com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e a Confederação Nacional de Municípios (CNM), além da participação na Caravana Federativa em Minas Gerais em dezembro.

Em 2025, as **parcerias** da Rede Nacional de Cidades Acolhedoras (RNCA) desempenharam papel **estratégico para o fortalecimento das ações e da governança colaborativa** sobre migrações, refúgio e apatridia. A Rede contou com membros consultivos de organismos internacionais, instituições da sociedade civil, da academia e de núcleos de pesquisa, o que garantiu diversidade de perspectivas e expertise técnico-científica. Nesse contexto, parceiros como o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), a Fundação AVSI, a Fundação Van Leer, o Ministério da Gestão e da

Inovação em Serviços Públicos (MGI), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Rede Infâncias Protagonistas da Universidade de Brasília (UnB), a Organização da Sociedade Civil Rede Espaço Sem Fronteiras, a Associação de Cidades e Territórios de Acolhida da França (Anvita) e a Rede Global Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) contribuíram diretamente para a **realização de oficinas de capacitação voltadas à formação** de gestores e técnicos municipais e ao intercâmbio de boas práticas.

Ao longo do ano, a RNCA, coordenada pela CGPMIG em parceria com instituições nacionais e internacionais, promoveu um ciclo de oficinas e webinários. As atividades reuniram centenas de participantes, entre gestores municipais, equipes técnicas e representantes da sociedade civil, em encontros virtuais e presenciais que ampliaram o diálogo e a cooperação entre diferentes atores.

Oficinas de Capacitação:

- 1. Migrações, Refúgio e Apatridia – DEMIG (28/05)**
 - Participantes: **52** pessoas
 - Público-alvo: servidores públicos e representantes de instituições parceiras
 - Temática: fundamentos sobre migrações, refúgio e apatridia, com foco em políticas públicas e acolhimento.
- 2. Parcerias com Governo Federal e Plataforma TransfereGov – MGI (24/07)**
 - Participantes: **69** pessoas
 - Público-alvo: servidores públicos e membros da sociedade civil
 - Temática: articulação federativa e uso da plataforma TransfereGov para gestão de políticas migratórias.
- 3. Capacitação com UNICEF (25/09)**
 - Participantes: **46** pessoas
 - Público-alvo: representantes de instituições públicas e sociedade civil
 - Temática: direitos de crianças migrantes e refugiadas desacompanhadas, com foco em inclusão e proteção social.
- 4. Infâncias Protagonistas: Migração, Arte e Educação (23/10)**
 - Participantes: **47** pessoas
 - Público-alvo: gestores públicos, técnicos municipais e sociedade civil
 - Temática: integração de crianças migrantes por meio da arte, educação e protagonismo infantil.

Webinários Formativos

- 5. Fortalecimento da RNCA (09/06)**
 - Público-alvo: gestores municipais e sociedade civil
 - Temática: boas práticas de acolhida e integração de famílias migrantes e refugiadas.
- 6. Direitos em Movimento: Acesso e Inclusão (07/07)**
 - Público-alvo: gestores públicos, equipes técnicas e sociedade civil organizada

- Participação: dezenas de municípios em diálogo interativo
 - Temática: acesso a serviços públicos essenciais e garantia de direitos, com ênfase na primeira infância.
- 7. Primeira Infância Refugiada e Migrante (19/09)**
- Local: Esteio/RS (evento presencial)
 - Público-alvo: gestores públicos e equipes técnicas municipais
 - Temática: acolhimento e integração de famílias migrantes com crianças pequenas.
- 8. Intercâmbio entre Redes – Experiências de Acolhida (03/12)**
- Participantes: 63 pessoas
 - Público-alvo: representantes de instituições públicas e sociedade civil
 - Temática: troca internacional de experiências, com participação da Anvita e da CGLU.

No total, as oficinas e webinários realizados em 2025 reuniram **mais de 270 participantes**, entre gestores públicos, técnicos municipais, representantes da sociedade civil e organismos internacionais. As temáticas abordaram desde os fundamentos das políticas migratórias até questões específicas como **primeira infância, proteção de crianças desacompanhadas, parcerias federativas e integração por meio da educação e da arte**.

Essas atividades reforçaram o papel da RNCA como espaço de **formação, articulação e troca de experiências**, contribuindo para a qualificação das políticas locais e para a construção de uma governança colaborativa sobre migrações, refúgio e apatridia no Brasil.

Os **comentários** recebidos ao longo das oficinas e webinários realizados em 2025 pela Rede revelam uma **avaliação positiva** das iniciativas, com destaque para a **relevância dos temas abordados, a clareza das apresentações e a qualidade da didática dos facilitadores**. Os participantes ressaltaram a importância de iniciar o ciclo formativo com conteúdos fundamentais sobre migrações, refúgio e apatridia, além de reconhecerem o impacto direto das capacitações na prática cotidiana de gestores públicos, técnicos municipais e representantes da sociedade civil. Houve **agradecimentos** pela oportunidade de aprendizado e pela criação de um espaço de trocas e diálogo, considerado enriquecedor e essencial para fortalecer políticas locais.

Entre as sugestões mais recorrentes, destacam-se a **necessidade de ampliar a frequência das formações**, com encontros mais regulares e até quinzenais, bem como a emissão de certificados de participação. Também foram apontados temas que merecem **aprofundamento em futuras capacitações**, como questões **jurídicas e técnicas** relacionadas à atuação das defensorias e do Ministério Público, orientações sobre documentação e regularização migratória, **atendimento em saúde** com atenção às especificidades culturais e às gestantes, além de estratégias de captação de recursos e sustentabilidade das políticas migratórias. Houve ainda pedidos para que sejam

abordados grupos específicos, como os indígenas Waraos, crianças e adolescentes migrantes, e famílias com crianças na primeira infância.

De forma geral, os comentários reforçam que as atividades da RNCA têm sido avaliadas como iniciativas de grande valor, capazes de ampliar conhecimentos, sensibilizar profissionais e fortalecer a governança sobre migrações, refúgio e apatridia. Ao mesmo tempo, apontam caminhos para aprimorar os próximos ciclos formativos, e garantir **maior diversidade temática, aprofundamento técnico e continuidade das ações**.

Atualmente, a Rede Nacional de Cidades Acolhedoras (RNCA) conta com **23 municípios participantes**, distribuídos por diferentes regiões do país. São eles:

- **São Paulo:** Amparo, Araraquara, Guarulhos
- **Rio Grande do Sul:** Caxias do Sul, Esteio, Porto Alegre, São Leopoldo, Canoas
- **Mato Grosso do Sul:** Corumbá
- **Distrito Federal:** Brasília
- **Paraná:** Foz do Iguaçu, Maringá, Curitiba
- **Bahia:** Itabuna, Lauro de Freitas, Una
- **Santa Catarina:** Itajaí
- **Minas Gerais:** Juiz de Fora
- **Pará:** Marabá
- **Rio de Janeiro:** Nova Iguaçu
- **Roraima:** Pacaraima
- **Pernambuco:** Recife

Sobre o Panorama Migratório nos Municípios da RNCA – 2025

Em maio de 2025, a Coordenação-Geral de Política Migratória (CGPMIG) realizou um levantamento junto aos municípios integrantes da RNCA, com o objetivo de **identificar os principais avanços, desafios e necessidades locais** no atendimento de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas (MRA). O formulário aplicado permitiu reunir informações sobre diferentes áreas temáticas – **saúde, educação, trabalho e qualificação profissional, assistência social e gestão municipal** – compondo um diagnóstico atualizado da realidade nos territórios.

Ao todo, foram recebidas **20 respostas de 17 municípios**, sendo 15 já membros da RNCA e 2 em processo de adesão. A análise evidenciou maior engajamento nas áreas de **Políticas e Gestão Municipal** (20 respostas) e **Assistência Social** (13 respostas), enquanto saúde e educação tiveram apenas uma contribuição cada, e trabalho e qualificação profissional não registraram respostas. Esse resultado demonstra a relevância da **assistência social** como porta de entrada para o atendimento da população MRA e a centralidade da dimensão institucional na gestão das políticas migratórias.

Os dados também revelaram a diversidade de nacionalidades atendidas, com destaque para a **população venezuelana**, que representa a maior parcela dos fluxos migratórios recentes no Brasil, especialmente pela fronteira de Roraima. Outras nacionalidades

recorrentes foram **Colômbia, Haiti, Afeganistão e Cuba**, refletindo os contextos de deslocamento global.

Entre os principais **desafios identificados** pelos municípios estão: **barreiras linguísticas e de comunicação; capacitação insuficiente dos profissionais; discriminação e xenofobia; ausência de dados sistematizados; falta de orçamento público; inexistência de políticas locais específicas; dificuldades relacionadas à documentação; e altos índices de informalidade e subemprego**. Essas barreiras comprometem o acesso a serviços básicos e a integração social e econômica das pessoas MRA.

Por outro lado, o levantamento também destacou **boas práticas** já implementadas em diferentes municípios, como: **criação de abrigos e casas de passagem; encaminhamento para aluguel social e programas habitacionais; capacitação de servidores públicos; produção de materiais informativos multilíngues; realização de eventos culturais e de sensibilização; e parcerias com universidades, organizações da sociedade civil e organismos internacionais**. Essas iniciativas demonstram avanços importantes na institucionalização de políticas locais e na construção de respostas inovadoras e inclusivas.

O panorama evidencia que, embora haja lacunas significativas em áreas como saúde, educação e inserção laboral, os municípios têm buscado alternativas para garantir acolhimento e integração digna. A **participação** na RNCA é reconhecida como estratégica, pois possibilita **troca de experiências, apoio técnico e articulação interinstitucional**, fortalecendo a capacidade dos governos locais de enfrentar os desafios migratórios contemporâneos.

Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia - PNMRA

A **Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (PNMRA)**, instituída pelo **Decreto nº 12.657, de 8 de outubro de 2025**, representa um marco fundamental na consolidação de uma governança migratória integrada e participativa no Brasil. Seu objetivo central é estabelecer diretrizes e estratégias para garantir o acolhimento, a proteção e a integração das pessoas migrantes, refugiadas e apátridas, em consonância com os princípios de direitos humanos e com os compromissos internacionais assumidos pelo país. A PNMRA busca superar respostas fragmentadas e emergenciais, propondo uma abordagem estruturada e transversal que articule diferentes níveis de governo, sociedade civil e organismos internacionais.

Nesse processo, os **municípios desempenham papel decisivo**. São eles que recebem diretamente os fluxos migratórios e se tornam o primeiro espaço de acolhida, atendimento e integração. É no território municipal que se concretiza o acesso a serviços essenciais como saúde, educação, assistência social, habitação e inserção laboral. Por isso, a implementação da PNMRA depende da capacidade dos municípios de traduzir suas diretrizes em políticas locais, adaptadas às realidades específicas de cada região.

Além disso, os municípios são fundamentais para a **produção e sistematização de dados**, permitindo compreender melhor os perfis e necessidades da população migrante e subsidiar o planejamento nacional. Também são responsáveis por fomentar a convivência intercultural, combater a xenofobia e promover iniciativas de inclusão social e econômica. A articulação em rede, por meio da RNCA, fortalece esse protagonismo municipal, criando espaços de troca de experiências e boas práticas que enriquecem a implementação da política em escala nacional.

Em síntese, o êxito da PNMRA dependerá do reconhecimento e do apoio aos municípios como atores fundamentais da governança migratória, capazes de traduzir as diretrizes nacionais em iniciativas locais que promovam dignidade, assegurem direitos e ampliem oportunidades às pessoas em situação de mobilidade.

Documento elaborado por Ludmylla Almeida de Souza Souto, Chefe da Divisão de Projetos Estratégicos da Coordenação-Geral de Política Migratória (DIPE/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP) e validado por Sarah Fernanda Lemos Silva (CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP).